

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS CARIRIS VELHOS: UMA ALTERNATIVA À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO SEMI-ÁRIDO

Ronildo Alcântara Pereira

Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais
Universidade Federal de Campina Grande
ron_alcan@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade econômica do potencial turístico dos Cariris Velhos-PB, como alternativa ao desenvolvimento local sustentável, em que pese se tratar de uma área fragilizada econômica e socialmente pelos efeitos da estiagem. Essa viabilidade se fundamenta em pesquisas desenvolvidas por vários estudiosos e em resultados de experiências bem sucedidas, apontando a prática da atividade turística como aquela que melhor se adaptou às condições físico-climáticas locais. No Brasil, a modalidade ecoturística encontrou forte aceitação e tem alcançado nos últimos anos, rápida expansão por todas as regiões. Em particular, no Semi-árido nordestino, que apresenta uma série de atrativos paisagísticos, como também a simplicidade e a rusticidade do modo de vida de seus habitantes, que funcionam como atrativos ao habitante das grandes cidades. No cenário dessa paisagem merece destaque um expressivo patrimônio natural compostos por formações geológicas, sítios arqueológicos, gravuras e pinturas rupestres, bem como outros atrativos constituídos pelos patrimônios, histórico e cultural, ainda pouco explorados.

Palavras-chave: Cariris Velhos, potencial turístico, desenvolvimento local.

TOURISM AND LOCAL DEVELOPMENT AT THE OLD CARIRIS: AN ALTERNATIVE TO THE IMPROVEMENT OF QUALITY OF LIFE IN THE SEMI-ARID

ABSTRACT

The present study has the objective to demonstrate the economical viability of the tourist potential of the region of Cariris – PB, because it is one fragile economical and social area by effects of the drought. This viability found it in researches developed by lots of studios with unanimous results that show us the tourist activity is the most adaptable to the local climate conditions. Currently, it is opposed a tendency of the decade where only the littoral tourism received investment and flux, another modalities of the tourism are spreading it for all planet, cause of the way that it is practiced. At Brazil, it finds strong reception and reaches fast expansion for all regions. In particular in North-east Semi-arid that have striking characteristics, for example the ground, the relief, the vegetation and the rusticity of the people. In the scenery, this landscape detach it a expressive natural patrimony consisting of inselbergs with archaeological area, inhabiting rocks painting and another tourists activities constituted by historical and cultural patrimony that it is still a few explored.

Key words: Old Cariris; tourist potential; local development.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento assentado nos modelos até então apresentados na história do pensamento econômico sugere que o crescimento da economia, medido pelos indicadores micro e macroeconômicos, não é capaz de reduzir as irracionalidades do sistema capitalista, traduzidas em degradação sócio-ambiental. As experiências ao longo da história mostraram que estes eram modelos concentradores de renda e que o crescimento econômico não significava, necessariamente, distribuição de renda ou desenvolvimento social. Passou-se, então, a utilizar o conceito de *desenvolvimento econômico* para expressar uma preocupação não apenas econômica, mas também socioambiental².

Um exemplo dessa realidade está nas experiências operadas na Europa devastada pela II Guerra Mundial, demonstrando a importância da mobilização/organização dos atores sociais na construção de estratégias de desenvolvimento com base local, nunca antes vivenciada.

Farah Jr. (2001) concorda que essa organização possibilitou a construção de modelos de desenvolvimento configurados em representações coletivas, levando comunidades locais, empresários e agentes governamentais às discussões, as se espalharam posteriormente por vários países europeus.

A partir destas experiências, o desenvolvimento construído em base sustentável, afirmar-se como um novo modelo produtivo justo, que contemplar as dimensões esquecidas pela economia tradicional, a exemplo das questões ambientais, ecológicas, sociais, políticas e culturais.

No Brasil, essa tendência tem se fortalecido nos últimos anos, sobretudo após a realização do Eco-92, donde emergiu a *Agenda 21*, que preconiza com maior ênfase a modalidade de desenvolvimento que prima pelo aproveitamento das especificidades locais. Entretanto, como postula Bandeira (1999), apesar da crônica e perversa distribuição de renda e a histórica ausência de políticas públicas direcionadas a assistência e ao desenvolvimento de áreas mais carentes, nos últimos anos o país logrou certa democratização, com vistas à participação na construção do desenvolvimento endógeno.

Dentre os diversos setores da atividade econômica no Brasil, direcionadas ao desenvolvimento local, merece destaque a atividade turística, sobretudo a partir da institucionalização por parte do Governo Federal, em 1987, com a implantação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), alavancando de vez o setor turístico nas regiões interioranas por todo o país.

Para Rodrigues (2001: 10) o turismo se molda a tal proposta, pois, sem sombra de dúvidas, transformou-se em um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos nas sociedades ditas pós-industriais, com característica de atividade de massa.

Na concepção de Cara (2001: 87), o turismo torna-se assim um grande agente transformador do espaço, consumindo e dando feições urbanas a locais inacessíveis. Sua distribuição espacial, contudo, se mostra desigual ao privilegiar com investimentos e as áreas costeiras, em detrimento de outras localidades próprias ao turismo alternativo.

Como contraponto a esse turismo tradicional, surgiram outras modalidades bem mais recentes, as quais têm se difundido intensamente em função da valorização da ecologia e dos aspectos culturais (SEABRA, 2001a). Dentre estas modalidades está o ecoturismo, que deixou de ser visto como uma atividade alternativa de aficionados por meio ambiente, passando a ser "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação, promovendo o bem estar das populações envolvidas" (AULICINO, 1997: 33).

Encaixa-se nesta perspectiva alguns municípios dos Cariris Velhos da Paraíba, cujo potencial turísticos é reconhecido. A possibilidade da implementação da atividade turística nesta área

² O conceito de desenvolvimento econômico, segundo a ONU, deve abranger também, o social, o científico e o cultural das sociedades, garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais do planeta em benefício de poucos. Surge um novo paradigma de meio ambiente e desenvolvimento em resposta ao desafio da sustentabilidade, apoiado por valores e instituições novos e mais equitativos.

está estritamente ligada ao poder de articulação dos atores sociais locais, como forma de viabilizarem o aproveitamento do potencial existente.

Para Buarque (1999), o êxito desse tipo de aproveitamento está condicionado à capacidade desses atores se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades em sua matriz cultural, para definir e explorar suas especificidades. Todavia, parece haver um entrave no caminho do desenvolvimento das pequenas comunidades: a falta de engajamento e articulação da sociedade nestas localidades (BANDEIRA, 1999). Entretanto, deve-se ter em mente que, atividades alternativas por si só, não resolvem os problemas que possam existir, nem substituem os setores produtivos existentes, mas lhe serão complementares (PECQUEUR *apud* DANTAS, 2003).

Pelo exposto, o presente trabalho tem como objetivo, mensurar e analisar o potencial turístico e a infra-estrutura existente nos Cariris Velhos da Paraíba como suporte para o desenvolvimento local e suscitar a articulação e participação dos atores locais, apontando possíveis soluções que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquelas localidades por meio da atividade em questão.

A fim de atender aos objetivos acima referenciados, a construção deste trabalho utilizou-se de uma análise quantitativa acerca do potencial turístico existente nos Cariris Velhos. Como procedimento metodológico, partiu-se da pesquisa documental qualitativa através da literatura recente. Num segundo momento, o trabalho buscou subsídio na pesquisa empírica, levantando dados socioeconômicos, que dessem suporte a estrutura de apoio que atenda às perspectivas e demandas da atividade turística. Também se considerou nesta pesquisa, aspectos inerentes aos hábitos, ritos, costumes e tradições dessa população local, como elementos indispensáveis na construção de sua identidade cultural. Finalmente, a última parte constitui-se de um inventário, ainda que superficial, da infra-estrutura instalada de apoio ao turismo, além do perfil socioeconômico de cada município integrante, bem como o produto turístico disponível.

Por conveniência, o trabalho foi estruturado em oito partes, de acordo com os aspectos inerentes ao tema em exame.

Desenvolvimento local e ecoturismo

No contexto da pós-modernidade, verifica-se no mundo um acelerado processo de transformação, no qual surgem espaços supranacionais, efetiva-se o processo globalizante e, cada vez mais velozmente, manifestam-se as mudanças técnico-científico-informacionais que transformam o mundo no mesmo ritmo. Dada a dinâmica implementada pela lógica capitalista forja-se cada vez mais a necessidade de uma análise geográfica dos espaços, na busca por repostas acerca da relação sociedade e meios de produção que possibilite o aproveitamento das especificidades de cada localidade.

Para Lourenço (2003) a incorporação das sofisticadas ferramentas da ciência e da tecnologia, assentadas no conhecimento e nas reflexões sobre as relações entre a técnica e a totalidade cultural, redimensiona tanto a produção quanto a vivência cotidiana dos homens, sendo vista como solução de problemas concretos combinados para uma revisão do papel dos componentes socioculturais na produção do espaço.

Entretanto, mesmo diante do avanço tecnológico e informacional, o atual sistema econômico não foi capaz de resolver a questão das demandas mais básicas do ser humano, nem mesmo minimizar as crises sociais de grande parcela da população mundial excluída das benesses da pós-modernidade.

Para essa autora, o modelo de desenvolvimento em vigor, de base estritamente economicista, alicerçado apenas no crescimento do PIB e no avanço tecnológico, vem sendo amplamente questionado, por não ser capaz de atender aos desafios econômicos, sociais e ambientais da atualidade.

Em vista disso, o desenvolvimento sustentável parece ser a alternativa ao modelo econômico vigente, que tem crescido substancialmente nas últimas décadas, estando tal tendência, relacionada a razões econômicas, sociais e políticas de base reconhecidamente excludente. A

geração de trabalho e renda, através do incremento de pequenos empreendimentos locais, vem ganhando consistência como alternativa possível para os países de economia periférica, sobretudo quando se constata a fragilidade do Estado em continuar fomentando políticas geradoras de emprego, sobretudo no setor de serviços.

Para Buarque (1999), o resultado dessa incapacidade do Estado, em atender as novas demandas e desafios, desencadeia um significativo aumento da terceirização, como forma de gerar postos de trabalho e suprir a ausência estatal nos serviços públicos. Em face de tais carências, é cada vez mais imperiosa a necessidade de a sociedade civil organizada buscar meios que alavanquem o processo produtivo, a partir de seus próprios meios.

Ainda de acordo com Buarque (1999),

Podem-se definir estas estratégias de desenvolvimento local como sendo um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa, pois, uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, que explora as suas capacidades e especificidades (BUARQUE, 1999, p.10).

Para Rodrigues (2003), no processo de desenvolvimento local sustentável, tem-se definido como referência geopolítica a menor unidade administrativa, ou seja, o município. Esta definição ocorre principalmente pela existência de autoridades locais com legitimidade política conferida, através de processos eleitorais para a organização dos serviços públicos e para a regulação dos assuntos de interesse local. Tendo como referencial o município, são abordados os aspectos econômicos e suas relações, tanto no que refere ao potencial interno da comunidade como à região.

Nessa perspectiva, o Foro Iberoamericano e Del Caribe (2005) admite três escalas de desenvolvimento local: regional, municipal e comunitário.

Ainda segundo o citado foro, independentemente da escala, o desenvolvimento econômico, sob a ótica local, é considerado também um processo de articulação social que visa: a) a inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e político-culturais; b) a geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; c) a harmonização e regulação das relações entre cidadãos, comunidade e empresa, em seu contexto socioambiental; e d) a construção da sustentabilidade econômica local.

Para Albuquerque (1997), essa nova dinâmica corporifica a convergência das diversas forças propulsora das atividades produtivas, emergindo uma lógica de desenvolvimento endógeno, mais horizontal e territorial que se contrapõe à tradicional lógica vertical e setorial da organização clássica institucional, cada vez mais disfuncional frente às exigências das novas tecnologias e dos desafios que devem enfrentar as pequenas e médias empresas (PMEs) e as microempresas nos diversos espaços do Estado nacional.

Nesta perspectiva, pode-se citar, por exemplo, o que ocorreu a partir dos anos 50, na Europa, e em especial na Itália, onde se iniciou uma série de ações empresariais privadas com firmas de pequeno porte, objetivando desenvolver a sua base industrial a partir das condições socioeconômicas locais.

De acordo com Farah Jr. (2001), essas ações resultaram, principalmente na Itália, na formação de vários distritos industriais formados em sua maioria de (PMEs), as quais, a despeito da forte predominância de grande empresa verticalizada, alcançaram um razoável êxito socioeconômico.

Contudo, segundo esse autor, parecia haver uma assimetria entre o tratamento dispensado às pequenas e médias empresas, em relação aos grandes empreendimentos. O setor ressentia-se da falta de canais apropriados de financiamento de suas atividades e de constituição de ativos fixos, de escalas produtivas necessárias, de acesso ao crédito em condições compatíveis com sua performance, além de ausência de outros fatores considerados inibidores

da atuação das PMEs, a exemplo das burocracias oriundas do serviço público de um modo geral (FARAH Jr., 2001: 14 -15).

Outro país que também deu ênfase às experiências com desenvolvimento local foi a França. No pós-guerra, o desenvolvimento local francês ancorado nos pólos de desenvolvimento passou a sofrer fortes restrições, dada às respostas inconsistentes no que tange aos resultados da política regional. Diante de tal realidade, partiu-se para uma mudança de paradigma das políticas dos departamentos, “que começa a se afirmar em 1982, ano em que entraram em vigor as leis de descentralização” (JACCOURD, 2001: 11).

Jaccoud (2001:11) explica que, “tais leis fortaleceram tanto a esfera do departamento como a da região, que passaram pela primeira vez, a contar com alguma autonomia decisória”. Entre elas, a quebra do monopólio da intervenção do governo central. “A política regional deixa de ser entendida como um campo de intervenção e passa a ser vista como um processo cujo objetivo é o de ‘organizar a convergência de ações relativas à valorização do espaço local.’” (MONTRICHER; 1995 apud JACCOURD, 2001: 11).

Diante desta breve exposição, quanto aos resultados que podem ser obtidos pelo desenvolvimento local, Llorens (2001: 24) explicita que:

Na análise do desenvolvimento econômico não se deve referir-se unicamente às partes mais evoluídas do capital produtivo ou financeiro em nível mundial. Coexiste ao desenvolvimento pertinente as grandes empresas, outras estratégias de desenvolvimento endógeno, em que o território e os fatores sociais, culturais, ambientais e históricos desempenham um papel de relevância.

Dentre as especificidades de pequenas localidades ou regiões, que de alguma forma mostram-se pouco atraentes às grandes empresas, podem ser citadas algumas formas alternativas de turismo, a exemplo do ecoturismo praticado nas comunidades interioranas.

Neste contexto, Rodrigues (1997) revela que a concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas ou mesmo de vila tendo a testa, a organização familiar.

Parece claro que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países, inclusive no Brasil, mantendo a identidade cultural dos lugares constituindo-se numa via mais democrática de desenvolvimento, além de gerar tendências ambientais menos degradantes (BENEVIDES,1996).

Dessa forma o turismo como base para o desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui também plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida (CAVACO, 1996),

Breve histórico da atividade turística

Precisar a origem e o início do turismo é algo temeroso, contudo, alguns estudiosos acenam com algumas respostas que satisfazem tais questões. Com base em registros antigos, Crisóstomo (2003) conclui que esse fenômeno, que hoje nos é tão comum, teve sua origem no Oriente Médio, ainda na Antiguidade, com os persas, babilônios e outros impérios. Um destes empreendeu a viagem de alguns homens a Canaã em busca de dados relacionados à agricultura, à população e à topografia daquele lugar. Ainda segundo o mesmo autor, essa viagem exploratória visando conhecimento, corresponde à palavra hebraica *Tur*, donde deriva o turismo.

De acordo com outros registros, foram os romanos os primeiros a utilizarem as viagens como meio de lazer e entretenimento, já que em outros tempos as viagens realizadas eram quase sempre peregrinações religiosas ou negócios, como faziam os gregos e fenícios (GALVÃO, 2004).

Por outro lado, no transcorrer da Idade Média, o desenvolvimento do lazer, com base nas viagens, fora amplamente prejudicado devido às próprias características do feudalismo na Europa, como a proliferação de inúmeras guerras, além da queda do Império Romano, o que

reduziu significativamente a segurança nas viagens, fazendo com que apenas os deslocamentos oficiais fossem autorizados. Esta situação perdurou até o início da era moderna, quando as artes, as ciências, as letras e, principalmente, uma nova forma de vida emergiu na Europa (LAGE e MILONE, 2001).

Como explica Barreto (1996), o turismo se tornou fruto dos meios de produção e do desenvolvimento tecnológico. O primeiro, determina quem viaja e o segundo, como fazê-lo. Por isso, em decorrência das condições criadas desde a Revolução Industrial, as pessoas puderam viajar, tendo em vista, o surgimento de novos estamentos sociais e novas tecnologias, que propiciaram o acesso de mais pessoas aos meios de transporte.

No Brasil, o turismo se inicia no ano de 1922, por ocasião do centenário da Independência, época em que surgem os primeiros hotéis na cidade do Rio de Janeiro e é fundada a Sociedade Brasileira do Turismo (LAGE e MILONE, 2001).

Não são poucos os estudiosos do turismo que afirmam que após a Segunda Guerra mundial, sobretudo no final dos anos 1940, o turismo inicia uma nova e ambiciosa fase, através dos pacotes aéreos. Diante das perspectivas projetadas por esta nova etapa, na década de 1960 começaram a surgir as operadoras turísticas, as primeiras escolas profissionais de hotelaria na Suíça, com as grandes cadeias de hotéis padronizados e impessoais. Todos estes avanços ensejaram as condições para que as viagens se tornassem uma necessidade, contribuindo para a massificação do turismo (RODRIGUES, 1997:10).

Turismo tradicional versus turismo alternativo

Na década de 1970 surgiram, em âmbito mundial, as preocupações com o meio ambiente e, atrelado às idéias preservacionistas, um novo segmento para o setor turístico, fundamentado na valorização dos aspectos ecológicos. Conseqüentemente, foram criados órgãos encarregados de dar a superestrutura organizacional, legislativa e administrativa à atividade. Para Galvão (2004), “surge assim o turismo alternativo, como contraponto ao chamado turismo tradicional, amplamente privilegiado em aportes financeiros e publicidade, transformando a atividade num predador ambiental de grandes proporções”.

Assim, emergem diversos tipos, modalidades, programações e formas de “deslocamentos realizados por prazer que despertam algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo” nos turistas (FUNARI e PINSKY, 2003, p.6).

Dentre estes motivos, está o que mais aflige o homem moderno: o estresse ocasionado pelo ritmo acelerado dos grandes centros urbanos, transformando o ecoturismo numa alternativa a esse ambiente caótico.

Hoje, a atividade ecoturística é importante para o desenvolvimento de inúmeros municípios brasileiros e representa 5% dessa modalidade, podendo alcançar 10%, ainda nessa década (OMT, 2005). Por essa razão, deve-se lançar um olhar para o interior, onde a identidade cultural genuinamente brasileira se faz presente.

No interior nordestino, particularmente, onde vivem aproximadamente 25% da população brasileira (IBGE, 2000), cujos costumes e tradições são singulares, além de dispor de um potencial de atrativos naturais e histórico-culturais de proporções consideráveis.

O semi-árido brasileiro se encaixa nessa proposta, pois é cercado de características únicas, tais como: precipitações reduzidas e irregulares que, associadas às temperaturas elevadas favorecem o aparecimento de um relevo de formas exóticas, constituindo-se num forte atrativo ao turismo alternativo. Além disso, no interior os ambientes rústicos da Caatinga, aliado às fortes tradições nordestinas, têm atraído cada vez mais o visitante cidadão, ávido por lazer e paz, situação oposta à encontrada nas grandes cidades.

Visando o aproveitamento do potencial destas áreas, as instituições públicas e parceiros da iniciativa privada vêm envidando esforços no sentido de criar mecanismos para fomentar o ecoturismo no país, com apoio do Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR, cujo objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento local, através da melhoria da renda e da qualidade de vida.

Os benefícios econômicos, sociais e ambientais desta atividade são muitos. Entre os mais importantes estão: diversificação da economia regional; geração local de empregos; fixação da população no interior; melhorias na infra-estrutura de transporte, entre outros (BNDES, 2000). Entretanto, para que o ecoturismo seja praticado em níveis sustentáveis, sua expansão deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. A preservação do meio ambiente depende dos limites impostos ao crescimento do turismo, tanto do ponto de vista físico como do social, sendo competência do gestor público do turismo se preocupar com a expansão da urbanização, com o ordenamento do crescimento, com a infra-estrutura, com a segurança pública, e com os serviços locais (RUSCHMANN, 1993 apud FIGUEIREDO 1997: 56 -57).

Para efeito de comparação, a respeito da relação impactos versus benefícios, estudiosos do assunto reconhecem a prática de dois tipos de turismo: o primeiro tipo, de aspecto massivo, e o segundo, tido como brando, com características de sustentabilidade.

De acordo com Pellegrine Filho (1997: 12).

Para efeito operacional, considera-se que o turismo em massa é aquele que ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um determinado tempo e local, ao passo que turismo brando consiste naquele que apresenta fluxo compatível com a capacidade de recepção, portanto pouco propenso a ocasionar impactos ambientais ou culturais.

Assim, se consolida a prática deste tipo de turismo que ocorre em pequenos centros urbanos, cujo público alvo é, principalmente, o turista aloccêntrico (KNAFOU, 2001: 64).

Potencialidades turísticas do Nordeste brasileiro, da Paraíba e dos Cariris Velhos

Andrade (1993: 58) certa vez afirmou que “a imagem do Nordeste, nas áreas mais ricas do país, é falsa e deprimente”. Esta assertiva, embora seja verdadeira, não se sustentou por muito tempo. O próprio autor desmistifica-a ao afirmar que o Nordeste tem potencial suficiente para manter sua população com indicadores sociais satisfatórios. Para que isto ocorra, basta uma participação maior da parcela trabalhadora sobre os lucros das atividades produtivas realizadas na região.

Nessa perspectiva, mesmo em áreas ditas inóspitas como o semi-árido, onde o quadro climático inviabiliza muitas atividades econômicas, abre-se a possibilidade para outras fontes de emprego e renda, através do turismo que se torna um fator de reativação da economia local, tendo como base a descoberta e a identificação dos atrativos turísticos, sem que haja descaracterização da paisagem sertaneja e nem a perda da identidade cultural dos moradores locais (PEREIRA e RAMOS, 2004).

Além disso, outro aspecto importante a ser considerado é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, a limpeza das cidades e a revalorização do artesanato e da culinária que servirão como incentivo cultural e econômico (SEABRA, 2001a).

Segundo Andrade (1993: 58), “essa é uma particularidade do Nordeste, por ter sido primeiramente ‘produzido’, no início da colonização portuguesa, e por ter presenciado períodos de riquezas”.

Da mesma forma que em outras regiões do país, grande parte do potencial turístico paraibano se encontra localizado na faixa litorânea. Contudo, muitos atrativos destinados ao turismo alternativo também podem ser encontrados por todo o interior do Estado. São exemplos, as cidades de Pilar, Areia, Cabaceiras e São João do Cariri, entre outras, que surgiram como fruto da interiorização motivada pelas atividades econômicas desde os primórdios da Colônia, as quais se constituem em um importante fator de atração turística.

Por outro lado, concomitantemente à exploração do potencial das cidades históricas, cresce o interesse pela observação do patrimônio natural destas áreas.

O estado da Paraíba oferece ao visitante as mais diversas formas de turismo, em todos os quadrantes de seu território, como o turismo de observação, do qual se aproveitam potenciais

como o pico do Jabre em Teixeira, a Pedra da Boca em Araruna, o Vale dos Dinossauros em Sousa, as Itaquatiaras do Ingá, entre outras potencialidades.

As formações rochosas, testemunhadas pelo relevo residual, se apresentam como atrativos, a exemplo dos Inselbergues, que representam grande potencial destinado aos amantes das trilhas, dos esportes radicais, além de despertar forte interesse de pesquisadores de diferentes áreas da ciência.

A respeito das atrações turísticas do semi-árido nordestino, também merece destaque as ocorrências de arte rupestre, como cita Almeida (1979: 39), referindo-se aos Cariris Velhos da Paraíba, como sendo “representada por pinturas e gravuras, ou ambas as modalidades associadas”.

Com o objetivo de aproveitar o potencial ali existente, algumas ações já começam a surgir: a) no plano federal, o documento *Diretrizes Para uma Política Nacional de ecoturismo*, de 1987; b) no plano estadual, a implementação do *Plano Amanhecer*; e c) na esfera local, o mapeamento turístico do Cariri Paraibano, realizado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG 2004); também o Pacto Novo Cariri, e o SEBRAE, além de empreendimentos no ramo hoteleiro, têm possibilitado os primeiros resultados satisfatório da prática ecoturística.

Dessa forma, aos poucos, as instituições, a iniciativa privada e as organizações não governamentais começam a criar condições para a implantação de uma infra-estrutura no sentido de receber visitante. Com isso, se segue o exemplo de Cabaceiras, que transformou em benefício, através da participação da sociedade e de um bom trabalho de *marketing*, seu aspecto mais hostil - a estiagem. Criou-se ali uma estrutura centrada na caprinocultura e nos patrimônios cultural e natural, voltados para o turismo.

Hoje, com um projeto bem cimentado, a cidade mais “seca” do Brasil e seu entorno conseguem reconhecimento em âmbito nacional por meio da grande mídia.

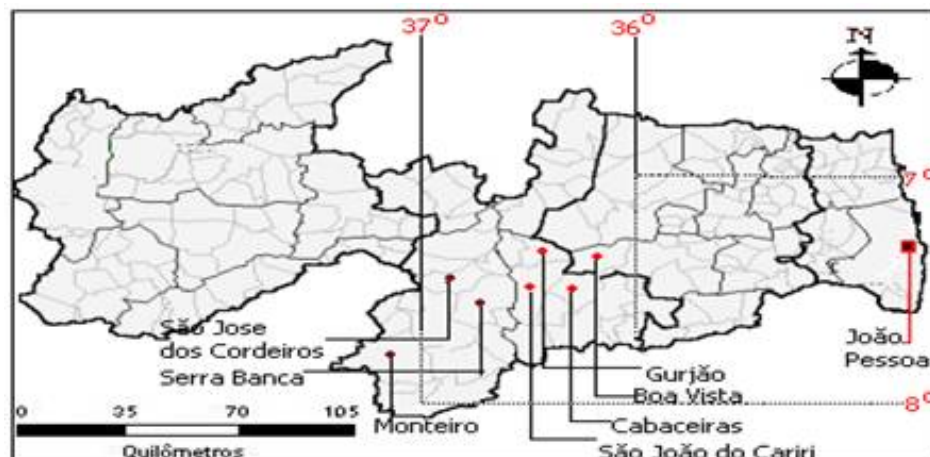
Assim, encravados na mancha semi-árida, na porção mais seca do Brasil, os municípios que fazem parte dos Cariris Velhos (Figura 1) não apenas detêm notáveis recursos paisagísticos, mas também, um forte referencial histórico em virtude de ter se originado ali os primeiros povoados dessa área do território da Paraíba – São João do Cariri, na primeira metade do século XVI e, posteriormente, em meados do século XVII, surgiu o povoado de Cabaceira, uma fazenda de gado, pertencente aos Oliveira Ledo.

A área original da freguesia de S. João dos Cariris de Fora se estendia para o oeste até Piranhas (atual Pombal) (BEZERRA E RODRIGUEZ, 2000: 21).

Naquele pequeno núcleo urbano, a Vila Real do Cariri, concentrou-se uma elite, que se destacou nas esferas da justiça, das letras, da política e na agropecuária em âmbito regional e nacional. O prestígio e poderio econômico eram tais que, segundo Jofilly (1892), ao lado de Piancó, apenas a área em questão se destacava no número de escravos possuídos, o que para a época era prova de riqueza.

Hoje, distante dos idos de prosperidade, restou o testemunho, através de um considerável acervo documental e arquitetônico, somados a um expressivo patrimônio natural, espalhado por todos os municípios, os quais se constituem em importante potencial turístico, embora pouco aproveitado.

Segundo Pellegrine Filho (1997), essa realidade, verificada em todo o país, coexiste devido a duas situações e uma constância. Situação um: a valorização do patrimônio histórico só passou a ocorrer de fato a partir dos anos trinta do século passado, por ocasião da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Situação dois: a consciência ecológica que impera na atualidade só eclodiu após a década de 1970. E a constância verificada em ambos os casos é a falta de aproveitamento devido, diante do potencial disponível. Contudo, aos poucos cresce o interesse por esse tipo de atrativos, destinados ao lazer e à pesquisa em virtude da própria conscientização que fez crescer a demanda por essa modalidade de turismo.



Fonte: Melo e Rodriguez (2004). Modificado.

Figura 1 - Mapa de localização dos Cariris Velhos da Paraíba

Seabra (2001a) explica que, “para consumir esse tipo de produto nordestino, surge o Turismo Sertanejo – uma modalidade de ecoturismo, fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social das regiões interioranas do Brasil”. Nessa proposta, cabem mais os pequenos que os grandes empreendimentos, com a efetiva participação das associações comunitárias e da sociedade local em sua totalidade, em que, de acordo com Ruschmann (1997: 51), a “meta a ser alcançada é a melhoria da qualidade de vida em todos os aspectos: físico, biológico, social, cultural”.

Ao surgir como alternativa econômica para o trópico semi-árido nordestino e paraibano, mais especificamente, o ecoturismo alavanca a cadeia produtiva tendo como base de exploração os atrativos turísticos existentes, sem que haja modificação da paisagem natural nem interferências na cultura local (SEABRA, 2001b).

Os atrativos turísticos, o perfil socioeconômico, assim como os principais aspectos destas comunidades, encontra-se na seqüência deste trabalho.

Para Bezerra e Rodriguez (2000), nos sítios urbanos de Cabaceiras e São João do Cariri, encontram-se conjuntos arquitetônicos constituídos por edificações térreas em estrutura parietal de tijolos ou taipa, com platibanda e sem recuo frontal.

Com relação às construções em estilo colonial, Passos (2002) chama a atenção para as fazendas e capelas antigas, existentes na zona rural de toda área, das quais se destacam aquelas situadas no município de Monteiro. Cabe lembrar que faz parte dos Cariris paraibanos, segundo Melo e Rodrigues (2004: 11), um total de 29 municípios e, em que pese todos de algum modo apresentem aptidões para o desenvolvimento local, o estudo acima cita apenas sete, por julgá-los melhor estruturados e com uma oferta turística mais bem definida, de acordo com critérios da própria EMBRATUR.

O patrimônio natural é formado pelo relevo residual, na forma de matacões, cristas, rede hidrográfica, intrusões graníticas, as quais, segundo Conti (1997: 25) já são alvo do interesse do setor turístico. Além das formações geológicas, na área, existe a ocorrência de diversos sítios arqueológicos constituídos de pinturas e gravuras realizadas em paredões rochosos (ALMEIDA, 1979), os quais Mariano Neto (2003), com muita propriedade, denominou de autênticos “livros de pedra”, os quais necessitam ser datados e decifrados.

Sabe-se que estudos nesse sentido são cruciais para a elucidação de tudo que se refere aos povos que habitaram essa porção do Nordeste do Brasil (GURJÃO, 2004).

Esse tema não é, por certo, novo. Jofilly (1892: 165), “julgava merecer a mais séria atenção de todos estudiosos o assumpto de que passamos a nos ocupar no que se refere aos letreiros ou inscrições que se encontram em grande numero, em toda Parahyba” (sic!).

Não menos importante, como componente do patrimônio natural, são as Reservas Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Almas e Santa Clara, localizadas respectivamente em São José dos Cordeiros e São João do Cariri-PB, onde podem ser encontradas muitas espécies faunísticas e florísticas, muitas delas em risco de extinção. Como se observa, o espaço turístico dos Cariris Velhos é vasto e atraente. Todavia, não pode ser desenvolvido isoladamente, carecendo, portanto, de ações planejadas.

De acordo com Seabra (2001b), devem ser implantados os circuitos turísticos, na forma de rotas de ligação entre os municípios integrantes de tais atrativos. Para o mesmo autor, a integração destes municípios reduz os custos do investimento em infra-estrutura e possibilita ao visitante maiores oportunidades de conhecer e vivenciar os hábitos, mitos, ritos e demais manifestações, característicos das diferentes comunidades.

Entre os eventos rupestres existentes na área, pode-se destacar o Serrote dos letreiros (AZEVEDO NETTO et al., 2005).

A Muralha do Meio do Mundo, situada a sudoeste de São João do Cariri, às margens da BR-412 é uma formação geológica que desperta a curiosidade dos visitantes e aguça o imaginário (GOUVÊIA, 2004; PERES, 2004), motivo pelo qual é objeto de visitas e estudos por parte de estudantes e pesquisadores de universidades da região.

Segundo Peres (2004), não bastasse o interesse despertado pela formação da Muralha, o mesmo se multiplica, por motivo da ocorrência em vários pontos, de eventos arqueológicos na forma de pinturas e gravuras rupestres (Figura 2).



Figura 2 – Pinturas² rupestres do Sítio Arqueológico do Picoito, São João do Cariri-PB
Fonte: Pereira, R. Alcântara. Arquivo, 2006.

O mais expressivo deles encontra-se no sítio Picoito, composto por painéis pintados em vermelho, com formas geométricas. Todas estas curiosidades arqueológicas são conhecidas desde a época da colonização através dos relatos do padre Martin de Nantes, o qual deixou farto material a respeito das atividades dos silvícolas da região aludida (1892: 165).

No município de Cabaceiras está localizado o sítio arqueológico Pai Mateus, uma intrusão granítica que chama a atenção, tanto pela grandiosidade e variedade de formas exóticas, como pelos elementos líticos ali encontrados. (Figura 3). Em 1998, este município recebeu do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, o selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo como um dos

mais notáveis conjuntos arqueológicos das Américas, que atualmente é objeto de pesquisas por especialistas do Brasil e do exterior (DUTRA, 2004).



Figura 3 - Mar de Bolas do Lajedo de Pai Mateus – Cabaceiras - PB
Fonte: SEBRAE-PB, 2007

A partir da divulgação do Lajedo do Pai Mateus, as autoridades e a sociedade civil organizada se deram conta de que esta área necessitava de um programa oficial para sua exploração com preservação. Recentemente, a fazenda Pai Mateus foi transformada em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Além disso, é possível afirmar que hoje já existe uma atividade sustentável ali, uma vez se observam ações voltadas para o controle de visitantes e para o aproveitamento da água que escorre da superfície do lajedo, para uso da pousada, plantação de hortifruticultura e para consumo próprio (PESQUISA DIRETA).

Na seqüência desse estudo é listada uma série desses atrativos naturais, o perfil socioeconômico, bem como a estrutura instalada para uso do turismo, existente nos diversos municípios de acordo com que Cezar e Stigliano (2005). Além dessa síntese, optou-se por uma descrição, ainda que sucinta, de alguns dos atrativos da oferta turística dos patrimônios, natural e histórico-cultural.

Caracterização e análise das potencialidades da área de estudo

Os municípios aqui estudados apresentam uma extensão territorial de certa forma isonômica para o padrão das unidades municipais do estado da Paraíba. A base territorial de cada município se situa por volta 600 Km², oscilando entre 400 e 700 Km². Apenas o município de Monteiro, se aproxima dos mil quilômetros quadrados, o que foge um pouco o tamanho costumeiro dos municípios paraibanos, conforme Melo e Rodriguez (2004).

O inventário aqui construído teve como suporte as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do link **idades**; de informações obtidas por meio de pesquisa direta nas prefeituras locais, bem como no site eletrônico do governo da Paraíba, por meio do Anuário estatístico 2004 e segue o modelo concebido por Cesar e Stigliano (2005), adaptado.

De posse destas informações, procurou-se analisar a estrutura ali instalada, a partir de quatro aspectos: a) político/administrativo; b) demográfico/socioeconômico; c) infra-estrutura de apoio ao turismo e d) potencial da oferta turística.

- a) Estrutura político/administrativa: no que se refere à distribuição das prefeituras municipais, em relação às agremiações que as governa, se pode observar uma diversidade de partidos, embora, neles não seja prática comum o empreendedorismo, com exceção apenas, de Cabaceiras. No que concerne à organização institucional, Monteiro e Boa Vista merecem

destaque. Com relação as demais, existe a carência de uma boa governância e o espírito participativo, como forma de melhor aproveitamento das especificidades de cada localidade, nos moldes do que já ocorre nos Conselhos de Municípios do Rio Grande do Sul (COREDE) (BANDEIRA, 1999). As instituições e parcerias existentes – Pacto Novo Cariri, AMCAP, SEBRAE e PBTUR - têm atuado sempre, no sentido da integração, embora, em muitos casos, a contrapartida dos prefeitos não se dá de modo satisfatório. Essa situação explica porque muitos municípios não alcançam o desenvolvimento desejado ou à altura de seu potencial. Para Daniel Duarte, presidente da Fundação e Museu do Cariri, as dificuldades desse processo de integração aos poucos estão sendo superadas, a estas, ele chamou de ‘naturais’, tendo em vista os diversos interesses envolvidos.

- b) Aspectos demográficos e socioeconômicos: o aspecto marcante da maioria destes pequenos municípios é o número de habitantes. Excetuando-se Monteiro e Serra Branca, todos os demais detêm população inferior a 6 mil moradores. Outro dado que merece destaque está ligado ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), coincidentemente nivelado. Nem mesmo a melhor estrutura econômica de Monteiro e Boa Vista foi capaz de elevar este indicador.

Ressalte-se que Monteiro, mesmo tendo a maior base territorial, comércio estruturado, indústrias e um PIB bem acima dos demais, possui o menor IDH entre os municípios da área (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PARAÍBA, 2004). Esse fato, só reforça a tese do modelo capitalista de produção, onde crescimento e desenvolvimento, embora sejam irmãos, propiciam resultados sociais antagônicos (MANTEGA, 1995).

- c) Infra-estrutura de apoio ao turismo: quanto aos Cariris da Paraíba, excetuando-se o município de São José dos Cordeiros, os demais apresentam uma estrutura básica, que atende de forma satisfatória ao tipo de turismo que ali se pretende implementar.

Boas rodovias, tanto em nível federal como estaduais, inter e intra-regionais, bem como linhas regulares de ônibus para os principais centros do Estado.

Do leque de serviços oferecidos se pode destacar o que César e Stigliano (op. cit.) definem como de significativa relevância para o bem-estar do turista – a alimentação e hospedagem. Ali, a oferta desses dois tipos de serviço, sobretudo em Cabaceiras, Monteiro e Serra Branca estão aptas a atender a contento a demanda, com a disponibilidade de boas acomodações e cozinhas regional e nacional. A priori, pode parecer pouco para uma área de cerca de cinco mil quilômetros quadrados de abrangência da oferta turística; contudo, se a atividade for praticada nas modalidades de turismo de excursão ou turismo recreativo os resultados poderão revelar-se promissores (CAMPBELL apud PEARCE, 2003). Além disso, na área existem clínicas, hospitais e ambulatórios para casos sem gravidade. Entretanto, para qualquer emergência, em ambulâncias, é fácil o acesso aos grandes centros – Campina Grande e João Pessoa, a uma distância nunca superior a 300 km.

- d) Estrutura da oferta turística: dependendo do agente que dimensione a atividade turística, esta pode ser subestimada ou superestimada. Para Knafou (2001), isso ocorre devido ao fato de que esta se desenvolve sobre uma estrutura que não lhe é própria. Em vista disso, se a atividade for interesse da estrutura local, este será superestimado; se não, será subestimado. Lage e Milone (2001) explicam que se pode defini-la como sendo a quantidade de bens e serviços por um valor determinado para certo período de tempo. A oferta turística é composta por elementos artificiais e naturais de uma determinada localidade ou região. No caso específico dos Cariris Paraibanos, essa oferta se mostra diversificada em qualquer dos dois elementos. Vejamos agora tal divisão desta oferta turística.

I. Elementos artificiais – Estão presentes na arquitetura das cidades históricas; na cultura, através de manifestações populares; nos ritos; no imaginário popular. Para Moura (2003), estes são componentes essenciais na formação da identidade de cada localidade ou, em outras palavras, o que Yázigi (2002) chamou de a “Alma do Lugar”. Some-se a esta forte identidade cultural dos Cariris as festas providas pelo agronegócio, da cidade de Monteiro, das exposições de ovinos da Fazenda Ponta de Serra em S. João do Cariri, do “Bode Rei” de Cabaceiras, da festa Bode na Rua, promovido pela Prefeitura de Gurjão, entre outras.

Ressalte-se também a ocorrência do traço da pintura rupestre existente numa quantidade considerável de sítios arqueológicos em toda a área.

II. Elementos Naturais – No que tange às atrações naturais, de acordo com Conti (1997), a própria vastidão da Caatinga pontilhada por inselbergues já se constitui em forte apelo à contemplação, às trilhas e aos esportes radicais. Esse último, praticado no maciço do Jatobá em Serra Branca. O lajedo de Pai Mateus é, talvez, o elemento natural de maior destaque dos Cariris, não apenas por ter sido utilizado como cenário de filmes e desfile de coleções grifes, mas também por se tratar de uma paisagem deslumbrante. Ali, podem ser encontradas curiosidades como: pinturas rupestres, utensílios líticos, blocos rochosos que desafiam as forças gravitacionais, entre outras atrações (PEREIRA, 2006). Além disso, o local foi recentemente transformado numa área de proteção ambiental, se prestando como habitat natural para a soltura de animais silvestres apreendidos pelo IBAMA (DUTRA, 2004). No elenco dos sítios arqueológicos, merece especial destaque a Muralha do Meio do Mundo, definida por Bezerra e Rodriguez (2000: p.11) como “magnífica formação granítica”.

Essa é uma pequena parcela do potencial que os municípios dos Cariris Velhos ofertam ao visitante citadino, quase sempre estressado pelo caos presente nos grandes centros urbanos e conseqüentemente, ávidos por lazer e tranqüilidade. Entretanto, apesar dessa significativa oferta turística, a demanda não lhes faz justiça em função do modo como esta é explorada – quase sempre, individualizada. A esse respeito inúmeros são os estudos que apontam o agrupamento de lugares potencialmente turísticos como forma de baratear custos e oferecer ao visitante, roteiros mais atraentes (SEABRA, 2001b).

Integrar para fortalecer o desenvolvimento local

A atividade ecoturística, em sua conceituação, prima pela dimensão do conhecimento da natureza, as experiências educacionais interpretativas, a valorização das tradições da cultura local e a promoção do desenvolvimento local (BRASIL, 1987).

A partir dessa dinâmica de envolvimento da comunidade residente, cria-se a possibilidade de o turista vivenciar experiências participativas em meio à paisagem sertaneja, deleitando-se com as apresentações folclóricas e culturais. Além do mais, ele, pode ser alojado em pequenas unidades hoteleiras familiares, onde os hábitos simples de vida são um elemento a mais na paisagem, proporcionando descanso, lazer e crescimento pessoal ao visitante.

O documento, Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo, acima referenciado, aponta na direção de estratégias e ações objetivando integrar a prática ecoturística, através do envolvimento dos mais diversos setores, público e privado, das organizações não governamentais, mas, principalmente das comunidades (BRASIL, 1987).

As instituições e parceiros desta empreitada devem focar seus objetivos, visando atingir o pleno desenvolvimento de todas as comunidades, envolvendo todos os atores e atenuando possíveis percalços ocasionados pela instabilidade política, apontada por Bandeira (1999), como um dos principais fatores responsáveis pela descontinuidade destas ações. Outro componente que se destaca nesta trajetória é a formação de capital social³,

contribuindo para favorecer desenvolvimento local integrado, a partir do potencial de cada localidade. Nesse sentido, Novaes (2005) enfatiza: “a empreitada de formação do capital social tem como público alvo, lideranças locais, vinculadas aos movimentos sociais e ONGs, visando a construção de uma base produtiva local ancorada na sustentabilidade”.

Ainda nessa linha de pensamento, Costa (2007) explica que:

O resultado dessa interação entre capital social e desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida da população, através da geração de emprego e renda, acesso à saúde e educação, uma vez que o desenvolvimento local é uma nova maneira de olhar e promover o crescimento de comunidades humanas.

Esse processo deve ser incluyente, participativo e democrático, ou seja, promover a parceria, a confiança e a interdependência e trabalhar de forma sistêmica.

No que concerne a parte de operacionalização e articulação do aproveitamento das potencialidades disponível nos Cariris Velhos e seu entorno, Pereira (2005) e Seabra (2001b) entre outros, mostram a necessidade da exploração conjunta dessa oferta turística, através de um calendário unificado que inclua as diversas cidade promotoras e/ou detentoras das diversas formas de turismo praticado.

Nesse sentido, cidades como Campina Grande – centro difusor da atividade turística, além de Areia, Monteiro e Cabaceiras, pólos turísticos já consolidados, podem contribuir intensamente para o implemento da atividade nas demais cidades. Uma proposta que deve ser considerada é, segundo Seabra (2001b), a implantação dos circuitos turísticos, através da criação de uma rota de ligação entre os municípios integrantes do projeto.

Essa providência possibilita menores custos de investimento em infra-estrutura e serviços e encurta as distâncias percorridas, dando maior mobilidade ao visitante e possibilitando-lhes maiores oportunidades para conhecer os ritos e festejos característicos de diferentes diversificando as opções de lazer.

Nessa perspectiva, algumas ações já podem ser percebidas em resposta à mobilização dos atores destas comunidades, a exemplo do *Plano Amanhecer*, do governo estadual, acima referenciado, que consiste numa estratégia de desenvolvimento que agrega vários municípios paraibanos. Esse plano contém metas de longo prazo traçadas pela Empresa Paraibana de Turismo do Estado da Paraíba (PBTUR) para os próximos dez anos.

Por outro lado, outras iniciativas estão sendo articuladas através de parceiros e da sociedade civil, programas como: “Empreendedor Cultural da Paraíba” (PEC/PB) e do Pacto Novo Cariri e o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano – PROCARIRI, em conjunto com empresários, dirigentes públicos e a comunidade, buscando as condições para o desenvolvimento da atividade. Recentemente, a PBTUR elaborou alguns roteiros turísticos entre os quais, se encontra o que contempla a área aludida, denominado Pedras da Paraíba. Esta ação³, ainda que tímida, representa avanços para um setor que tanto carece de apoio governamental para se desenvolver.

De acordo com depoimentos de fontes ligadas ao SEBRAE, esta é a explicação para o sucesso de algumas localidades em detrimento de outras: a falta de envolvimento do poder público no que tange as questões que favoreçam a concretização destas ações.

Um estudo comparativo utilizando as diversas formas de mensuração de capital social, e participação institucional nas cidades de Monteiro e Serra Branca, localizadas na área em estudo, revelou resultados relevantes que comprovam a eficácia da participação da sociedade no êxito do desenvolvimento local integrado. Nas conclusões desse estudo, a autora revela: “fica bem evidenciado que, o sucesso no caso de Monteiro, se deve ao efetivo envolvimento e participação direta do poder local, no sentido de mobilizar e envolver a sociedade civil nas discussões e deliberações do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), ao contrário da cidade de Serra Branca” (COSTA, 2007).

Considerações Finais

Quando uma determinada população carece de atividades econômicas alternativas para sobreviver, em função da inviabilidade proveniente das condições climáticas e/ou da ausência de outros meios para ganhar seu sustento, qualquer outro meio (lícito) que se constitua em emprego e renda deve ser aproveitado. Assim sendo, torna-se necessário à exploração do potencial turístico existente nos Cariris Velhos, como forma de ocupar uma parcela considerável de mão-de-obra ociosa.

³ A intenção desta ação é integrar os sítios arqueológicos, desde as Itaquatarias do Ingá até os atrativos do Semi-árido paraibano, tais como: Pedra de Santo Antonio em Fagundes, Pedra do Touro em Queimadas, Pai Mateus em Cabaceiras, Tamburil em Serra Branca, entre outros.

Essa carência, já demonstrada em publicações anteriores (Pereira e Ramos, 2004; Pereira et al., 2005; Pereira, 2006), enfatizam a importância do ecoturismo nessa área, o qual não deve ser concebido apenas do ponto de vista do entretenimento, mas também de modo que a atividade se processe em bases sustentáveis.

Existe, no entanto, a necessidade premente da implementação de uma política de aproveitamento desses atrativos revertendo-os não apenas em fator do desenvolvimento, mas que vá além da esfera econômica, atingindo objetivos como preservação, conservação, valorização histórica.

No levantamento realizado por ocasião da elaboração deste trabalho junto aos atores de algumas destas comunidades, ficou evidente que a grande maioria, reconhece no turismo uma atividade lucrativa e sustentável para o desenvolvimento local, sobretudo se for explorada paralelamente a caprinocultura, ali há muito praticada com êxito.

Para que essas mudanças possam se processar, cabe aos atores locais deixarem de lado divergências e querelas políticas, direcionando seus esforços na produção de melhorias para a qualidade de vida da coletividade.

Para uma tarefa de tamanha magnitude a participação da sociedade civil organizada pode ser o fator de equilíbrio entre o poder público, muitas vezes instável, outras vezes omissivo, e a população que clama por melhorias.

Necessário se faz reforçar aqui as principais ações no sentido de desenvolver o ecoturismo nessa região, destacando a valorização dos atrativos potenciais, incluindo a prática de metodologias nas quais se possa determinar suas condições de uso, envolvimento, esclarecimento e sensibilização da população, começando pela formação e treinando de prestadores de serviço, sempre priorizando a mão-de-obra local.

As ações que ora se projetam, objetivando a incremento da atividade ecoturística integrada em todos os municípios com aptidão turística dos Cariris Velhos, pode significar a concretização da idéia concebida por Seabra (2001b), que vislumbrou o circuito da cultura do bode e do algodão, como sendo expressões máximas do agrupamento de atrativos dessa área.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. ILPES, Cadernos 43, Santiago do Chile, 1997. Trad. pelo Banco do Nordeste, Fortaleza, Ago. de 1998. Disponível em www.redlis.org.br Acesso: jun/2007.

ALMEIDA, R. T. **A Arte Rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora. Universitária, 1979.

ANDRADE, M. Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.

AULICINO, M. P. Algumas Implicações da Exploração dos Recursos Naturais. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997 pp.27-36.

AZEVEDO NETTO, C. X.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, A. M. P. de. A inserção ambiental dos sítios arqueológicos do Município de São João do Cariri. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina. ANPHU Nacional 2005 – (cd –rom). Acesso: Out.2005.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília. Instituto de Pesquisas Aplicadas, 1999.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Turismo e desenvolvimento Local**, São Paulo: HUCITEC, 1996, p.23-41.

BEZERRA, C. P. e RODRIGUEZ, J. L. **Conhecendo o Cariri**. Recife: Linceu, 2000.

- BNDES, Governo do Brasil. **Turismo Ecológico: Uma Alternativa Sustentável**. Brasília, 2000. Disponível em: www.bndes.gov.br Acesso em set. 2005.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1987.
- BUARQUE, S. C. Globalização e desenvolvimento local sustentável. In: BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2.ed. Recife: IICA, 1999.
- CARA, R. Bustus. El turismo y los Procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001 pp.86-93.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais**, São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 95-121.
- CESAR, P. A. Bitencourt e STIGLIANO B. Veronese. **Inventário turístico**. Campinas – SP: Alínea, 2005.
- CONTI, J. B. Caminhos do Turismo. In RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. Editora São Paulo: Hucitec, 1997 pp. 17-26.
- COSTA, Ivani. **O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto novo cariri**. [João Pessoa] 2007. 119 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (cd - rom).
- CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. **Turismo & hotelaria**. São Paulo: DCL, 2004. 345p.
- DANTAS, L. Cruz. **Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial: o caso do Brejo Paraibano** [Rio de Janeiro] 2003. XIV, 204 p. 21 x 29,7 cm (COPPE/UFRJ, D. Sc., Engenharia de Produção, 2003) Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.
- DUTRA, J. L. A. **Turismo como alternativa para o desenvolvimento do Semi-árido**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- FARAH JR, F. M. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas?** Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.2, p.13-22, maio/ago. 2001. Disponível em www.cde.br/publicacoes. Acesso: set. 2007.
- FIGUEIREDO, L. A. V. de. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari **Turismo e ambiente. Reflexões e propostas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997 pp.55-67.
- FORO IBEROAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE. **MEJORES PRÁCTICAS APRENDIENDO DE LA INOVACIÓN DESENVOLVIMIENTO LOCAL**. 2005. (CD Rom).
- FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GALVÃO, Jucilene. **O processo de planejamento do turismo de natureza: reflexões sobre a política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas-SP – Rio Claro**, 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP. 90f. Instituto de Geociências e Exatas.
- GOUVEIA, H. O Enigma do Meio do Mundo. In: **A União**. p.12-14. João Pessoa-PB, 22/06/2004.
- GURJÃO, E. Q. O encontro de dois mundos: da pré-história à chegada dos europeus In: GURJÃO, E. Q e LIMA, D. **Estudando a história da Paraíba**. 3.ed. Campina Grande: EDUEP, 2004. p.17-22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Cid@des. Boa Vista, Cabaceiras, Gurjão, Monteiro, São José dos Cordeiros, São João do Cariri e Serra Branca. Disponível em: www.ibge.gov.br/ Acesso em Jun/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo 2000. Disponível em www.ibge.gov.br/ Acesso em Jun/2007.

JACCOUD, Luciana. **Experiências Internacionais em Política Regional: o caso da França** – Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2001. Disponível em www.ipea.gov.br/pub/. Acesso: Jun. 2007.

JOFILLY, I. **Notas Sobre a Parahiba**, Livro I. Rio de Janeiro: Thesaurus Editora, 1892.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território – Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001 pp.62-85.

LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOURENÇO, M. S. Marques. **Trabalho Pleno: construção do desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2003.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Cap. 2: O modelo de substituição de importações. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARIANO NETO, B. **Ecologia e Imaginário**. João Pessoa: Editora. Universitária, 2001.

MELO, A T. de; RODRIGUEZ, J. L. Paraíba: **Desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. João Pessoa: Grafisete, 2004. 160p. (Mapa de localização).

_____. Paraíba: **Desenvolvimento econômico e a questão ambiental**. Microrregiões Geográficas. João Pessoa: Grafisete, 2004.

MOURA, A. de P. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NOVAES, Ricardo **Carneiro. Investimento em capital social como estratégia para a sustentabilidade local: apontamentos teórico-metodológicos**. In: Engema, 2005. Rio de Janeiro, anais.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Disponível em: www.world.tourism.org. Acesso

PAPES, A. C. **Hotel fazenda Pai Mateus faz sucesso no turismo ecológico na Paraíba**. Jornal da Paraíba. Paraíba, p.4 -5, Sexta Feira, 13/08/2004.

PARAÍBA, Governo do estado da Paraíba. Anuário estatístico da Paraíba /2004.

Disponível em: www.pb.gov.br/anuario Acesso: jun. 2007.

PASSOS, L. A. dos. **Paisagem natural, patrimônio cultural e turismo nos Cariris**

Paraibanos.136f. Dissertação (mestrado) – UFPB/CCEN. João Pessoa, 2002.

PEARCE, D. G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

PELLEGRINE FILHO, A. **Ecologia cultura e turismo**. 2.ed. Campinas: Papirus Editora,1997.

PEREIRA, R. A. e RAMOS, M. M^a. Q. **Potencialidades turísticas de São João do Cariri – PB: uma via para o desenvolvimento socioeconômico no Semi-Árido**. In: Congresso latino-americano de iniciação científica 8., 2004. São Jose dos Campos - SP, p.1114 -1117.

PEREIRA, et al., **Geologia, Arqueologia e Imaginário nos Cariris Velhos**: uma alternativa socioeconômica, através do turismo ecológico para o Semi-Árido. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 11., SÃO PAULO-SP, 2005.

PEREIRA, R. A. **Pesquisa direta no Sítio Arqueológico Pai Mateus**. Cabaceiras, 2006.

PERES, M. R. de H. **Turismo sostenible en el Cariri paraibano: relato de una experiencia**. Foro, globalización y desarrollo: Barcelona, Jul. 2004

RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e Geografia - reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, O. D. **Um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição ao desenvolvimento local – o caso de Paraúna/GO**. Florianópolis, 2003.

RUSCHIMANN, D. V. M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997 pp. 49-54.

SANTOS, J. de S., As belezas naturais da Muralha do Meio do Mundo. **Diário da Borborema**. Campina Grande-PB, 11/06/2004.

SEABRA, G. F. Rotas Culturais do Turismo Sertanejo. *Conceito*, v.4, n.6. João Pessoa, 2001a. p.113 –114. Disponível em: Acesso: www.adufpbjp.com.br/ Acesso em out. 2004.

_____. Turismo, cultura e desenvolvimento. João Pessoa: *Conceito*, 2001b. Disponível em : www.adufpbjp.com.br/publica/conceito . Acesso: mai. 2004.

SEBRAE-PB. Foto do lajedo Pai Mateus. Internet: www.sebraepb.com.br Acesso: mai. 2007.

YÁZIGI. E. A. **A alma do Lugar** - turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2002.